O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO VI - Nº 59 - MAIO DE 2011 • WWW.AMC.ORG.BR

Perfil: *O Judiciário* conta a história do juiz Carlos Cazuma Nosse

Páginas 8 e 9

Divulgação

Com apoio da ESMESC, entidade do RS promove evento sobre adoção

Páginas 11

Divulgação

COMPENSAÇÃO

AMC intensifica contato com IPREV

Página 14

CIDADÃ

Câmara homenageia magistrada

Página 6

JUDICIÁRIO

TJ/SC empossa novos juízes de Direito de 2º Grau

Página 12

EVENTOS

Páscoa e Dia das Mães reúnem associados

Páginas 13 e 15

Judiciário e Executivo debatem sistema socioeducativo em SC

Foto: Bárbara Nunes

Encontro, realizado no auditório da AMC, reuniu 240 profissionais da Justiça e do Poder Executivo para debater a situação dos menores infratores

O Núcleo da Infância e Juventude da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude (Cepij), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), realizou, no dia 14 de abril, o I Simpósio sobre Socioeducação do Poder Judiciário de Santa Catarina. Esta foi a primeira oportunidade em que os Poderes Judiciário e Executivo, na nova gestão, puderam dialogar sobre os problemas e as possibilidades de melhoria do sistema socioeducativo catarinense.

Página 5 e 6

Editorial

A PRODUTIVIDADE DA MAGISTRATURA CATARINENSE

O site Consultor Jurídico trouxe recentemente interessante matéria sobre relatório apresentado pelo Senado britânico acerca do trabalho da Justiça da União Européia. Os lords concluíram que os tribunais europeus não estão dando conta do volume de processos que recebem. E mais: se nada for feito, o Judiciário europeu vai entrar em colapso. Para evitar, sugerem desde o aumento do número de juízes até à criação de câmaras específicas de julgamento. Os europeus se vêem às voltas com o problema da morosidade da Justiça, causada pela alta carga de trabalho. Segundo o Conjur, dos três tribunais da União Européia, só está a salvo o Tribunal da Função Pública (TFP), a quem cabe julgar conflitos entre as instituições da UE e seus funcionários. Criado em 2005 para aliviar a carga do Tribunal Geral, o TFP vem reduzindo o número de processos pendentes. Em 2009, foram 155 ações julgadas contra 113 recebidas. Terminaram o ano nas prateleiras da corte 175 processos. Já os outros dois — Tribunal de Justiça e Tribunal Geral — estão à beira do abismo. No Tribunal de Justiça, espécie de corte constitucional européia, estatísticas apontam que a corte trabalha hoje no limite da sua capacidade. Recebe entre 500 e 600 processos e julga a mesma quantidade, sem diminuir o estoque, quase 750 processos, nos últimos anos. A corte demora, em média, um ano e meio para julgar os casos. Para o comitê de lords, até agora o trabalho do TJ tem sido satisfatório, mas, com o aumento de processos provocado tanto pelo crescimento da UE, como pelo Tratado de Lisboa, em pouco tempo deixará de ser. De acordo com estatísticas divulgadas pela Corte este ano, o tempo médio de espera do veredicto será de dois anos.

Afora as mídias especializadas em notícias jurídicas, o assunto não teve o merecido destaque nos meios tradicionais de comunicação. Todavia, merece reflexão, sobretudo quando comparamos os números levantados pelo Senado britânico com a produtividade dos magistrados brasileiros, especialmente os de Santa Catarina. Dados fornecidos pela Corregedoria Geral de Justiça mostram que a Justiça catarinense, através dos seus 361 juízes, julgou, em 2010, 669 mil processos. A média de demandas julgadas por juiz no período ficou em 1.854 processos, evidenciando um acréscimo de quase 15% em relação ao ano anterior. Ao todo, pois, foram 669 mil decisões (média de 1,85 mil por juiz); e 2,1 milhões despachos (média 5,9 mil por magistrado).

> ***"Dados do Senado britânico demonstram, de maneira inequívoca, que nunca foi tão verdadeira a assertiva de que os magistrados brasileiros estão entre os mais produtivos do mundo."***

Se esmiuçarmos estes números, veremos que a quantidade diária de despachos, decisões, sentenças e audiências realizadas pelo juiz catarinense evidenciam o seu alto grau de comprometimento com a instituição, não medindo esforços para bem servir o jurisdicionado e, bem assim, que está no ápice de seu limite laboral – são, em média, mais de 7 sentenças por dia, decidindo a vida e as liberdades dos cidadãos e instituições, afora os demais despachos e audiências, oitiva das partes e dos advogados. É, sem dúvida, uma absurda carga de trabalho, contudo, às vezes, taxados de pouco fazer.

Como se vê, são números que colocam a magistratura catarinense em um contexto muito diferente do que se observa na União Européia. A partir deles, pode-se concluir o óbvio: nossa Justiça até pode ser lenta, se comparada a outras, mas por absoluta falta de material humano, além, é claro, do nefasto cipoal de recursos judiciais que atravancam ainda mais a prestação jurisdicional, porque vontade e dedicação não faltam aos nossos juízes. Por outro lado, os dados do Senado britânico servem de consolo, na medida em que demonstram, de maneira inequívoca, que nunca foi tão verdadeira a assertiva de que os magistrados brasileiros estão entre os mais produtivos do mundo. Mas, tais comparações, ao que parece, pouco interessam ...

Memória

Foto: Arquivo AMC

1º Congresso dos Magistrados do Mercosul, realizado de 28 a 30 de novembro de 1996, no CIC, em Florianópolis

Associativa

Divulgação

Associadas reunidas, no mês de abril, em um café da tarde. O encontro é realizado todos os meses, já há oito anos

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231.3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - juiz Paulo Ricardo Bruschi
1º vice-pres. - juiz Sérgio Luiz Junkes
2º vice-pres. - juiz Irio Grolli

Sec. Geral - juiz Jefferson Zanini
1º sec. - des. subst. Túlio José Moura Pinheiro

Tesoureiro - des. José Antônio Torres Marques
1º Tes. - juiz Luiz Antonio Zanini Fornerolli

O JUDICIÁRIO

Ano V, nº 55 - Dezembro/2010

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino e Bárbara Nunes

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Bárbara Nunes

JUSTIÇA PARA QUEM PRECISA DE JUSTIÇA

***NELSON CALANDRA**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deliberou sobre o horário de funcionamento da Justiça brasileira, determinando que o atendimento seja efetivado das 9h às 18h em todo o território nacional indistintamente. Isso é bom? Na verdade, a medida ganhou aplausos de vários setores, que a entenderam salutar. Quem apoia argumenta que a iniciativa serve para agilizar a prestação jurisdicional, na medida em que, em tese, aumenta a carga de trabalho.

Se essa assertiva fosse levada às últimas consequências, o Judiciário deveria seguir a jornada do juiz e, assim, ter seu horário estendido para 24 horas por dia, todos os dias da semana. Afinal, se há algo que não pode sofrer interrupção é a distribuição da Justiça.

Há pontos que precisam de explicações mais aprofundadas, como se descobrir qual estudo embasou decisão tão importante. Porque nos custa acreditar que uma resolução com efeitos sobre milhões de brasileiros, de norte a sul do país, seja fruto de uma penada, sem o detalhamento de seus efeitos negativos e, mais importante ainda, sem preocupação com os resultados.

Na verdade, se houve esse estudo, os magistrados, maiores interessados na agilização da prestação jurisdicional, foram solenemente esquecidos. Parece óbvio lembrar que o Brasil é uma República Federativa e que a autonomia entre os entes da Federação e os Poderes deve ser respeitada

Ninguém, em sã consciência, é contra mudanças que tragam melhorias para a Justiça. Assim, o mérito da questão é descobrir quais serão os efeitos da resolução para o jurisdicionado e para a Justiça. Dito de maneira mais clara, a resolução aumentará de fato a velocidade na prestação jurisdicional?

Infelizmente, a resposta à indagação é negativa. Estudos sérios, como um do Banco Mundial, revelam que a demora no julgamento dos feitos não está relacionada ao tempo em que o processo fica com o juiz para apreciação. Ao contrário, a causa principal da demora é justamente o movimento dos processos e todas as diligências.

Assim, o que normalmente não pode ser analisado sob o prisma meramente matemático, nesse caso pode ser resumido em simples equação aritmética. X: o número de servidores depois da resolução será o mesmo. Y: o horário de atendimento será ampliado. X Y é igual a menos servidores se dedicando à movimentação cartorária, o que certamente aumentará o acervo de processos. Noutras palavras, a resolução tem grande possibilidade de obter o resultado diametralmente oposto ao pretendido.

O que de fato vai ocorrer é aumentar a sobrecarga dos servidores, já submetidos a condições precárias de trabalho. No limite do absurdo, ver-se-á essas pessoas batendo às portas do Judiciário trabalhista para fazer valer seus direitos e obter uma jornada de trabalho digna.

Há diversas outras razões para que o assunto, no mínimo, comportasse mais debate, como os diferentes fusos horários do Brasil, os hábitos diferenciados de cada região e, principalmente, o planejamento voltado ao futuro do Judiciário, missão precípua do CNJ.

> ***"Se essa assertiva fosse levada às últimas consequências, o Judiciário deveria seguir a jornada do juiz e, assim, ter seu horário estendido para 24 horas por dia, todos os dias da semana. Afinal, se há algo que não pode sofrer interrupção é a distribuição da Justiça."***

Causa estranheza que, enquanto a maior parte do mundo investe profundamente em modernização e informatização, o Conselho Nacional de Justiça parece apostar no contato pessoal. Quais fundamentos de administração, economia ou transparência foram usados na resolução para retirar servidores de suas funções para os deslocar ao atendimento? A estrutura física do Judiciário é quase em sua totalidade precária e soa como desumano colocar as pessoas em filas intermináveis, sob o inexplicável mantra de que assim se faz transparência e aumenta a produtividade.

Não custa lembrar que o processo, como efetivado na Justiça brasileira, talvez seja a perfeita materialização do conceito de auditoria. De natureza eminentemente pública, o processo é fiscalizado por juiz, partes, advogados, Ministério Público, Corregedoria e CNJ.

O acesso ao Judiciário não será ampliado com o aumento do horário de funcionamento dos fóruns. Apenas teremos mais Justiça quando houver significativos investimentos em qualificação, treinamento e modernização. Qualquer medida que fuja dessas imperiosas necessidades será apenas mais um factóide. E, convenha-se, de factóides e acervo de processos a Justiça já está assoberbada.

***PRESIDENTE DA AMB**

Divulgação

Lançamentos

Lumen Juris Livraria & Editora

Oferecemos descontos de 30% a 40% em todo catálogo
para alunos da ESMESC e associados da AMC.

Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional
Aury Lopes Jr.
Vol. I - 7ª Ed.
Vol. II - 5ª Ed.

O Bem Jurídico como Limitação do Poder Estatal de Incriminar?
Fernanda Lara Tórtima
Luís Greco

Direitos Reais
7ª Ed.
Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Direito das Famílias
3ª Ed.
Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Direito das Obrigações
5ª Ed.
Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Saiba mais sobre as obras em: www.lumenjuris.com.br • Contato: (48) 3369-7624 • cristiano@lumenjuris.com.br

Judiciário e Executivo unem-se para melhorar sistema socioeducativo de SC

Encontro, realizado na sede da AMC, reuniu 240 pessoas, entre magistrados e profissionais que lidam com menores infratores

O Núcleo da Infância e Juventude da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude (Cepij), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), realizou, no dia 14 de abril, o I Simpósio sobre Socioeducação do Poder Judiciário de Santa Catarina, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). A solenidade contou com a presença de 240 pessoas, entre magistrados catarinenses e gaúchos, e membros do Executivo Estadual.

Fotos: Bárbara Nunes

Autoridades dos dois Poderes prestigiam o simpósio

Presidente do TJ, Trindade dos Santos, apóia iniciativa

Auditório da AMC ficou lotado durante todo o evento

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, cumprimentou, em nome da Mesa Diretora, todas as autoridades presentes, assistentes sociais, psicólogos, e os colegas da magistratura do Rio Grande do Sul. O desembargador discorreu sobre o tema do simpósio, dando ênfase à importância do auxílio ao menor infrator. "O dever democrático de obediência aos interesses públicos cede ao desafio de apoiar incondicionalmente o bem estar social, razão pela qual deve haver assistência técnica, especializada, voltada para o adolescente infrator, investindo na estruturação de serviços destinados ao seu crescimento físico, psicológico e social", destacou.

Na seqüência, o vice-presidente da AMC, juiz Sérgio Luiz Junkes, reafirmou o compromisso da entidade, que é de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos magistrados e apoiá-los quando necessário. "A AMC apóia o evento, pois acompanha as dificuldades que os juízes da Infância e da Juventude têm na implementação dos novos estatutos, como a falta estrutura, capacitação e de profissionais da equipe técnica, e pretende unir esforços juntamente com os magistrados para a construção de soluções que superem uma série de problemas da área", ressaltou.

O juiz corregedor do Tribunal de Justiça, Alexandre Takaschima, falou da área da Infância e Juventude e pediu que as discussões apresentadas no Simpósio fossem colocadas em prática em um trabalho conjunto, "inclusive dentro do Poder Judiciário, quebrando barreiras e preconceitos entre os vários operadores, além de criar um canal aberto com os promotores de Justiça, que também são essenciais no desenvolvimento socioeducativo". Takaschima finalizou agradecendo a Academia Judicial e a AMC por oportunizarem o primeiro contato de vários, pretendidos para o decorrer do ano.

A secretária de Justiça e Cidadania, Ada De Luca, agradeceu o convite especial para participar da Mesa Diretora e reforçou que trabalhará incansavelmente em prol dos objetivos traçados pelo Judiciário. "Quero dizer a todos vocês que não tenho varinha mágica e que será sim um esforço muito grande. E eu conto principalmente com vocês, os juízes e promotores, pois nós temos que trabalhar juntos. Nós temos que ter praticamente o mesmo objetivo, que é uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária", assinalou.

Finalizando a solenidade de abertura, o diretor executivo da Academia Judicial, desembargador Jaime Ramos, desejou que todos os presentes aproveitassem o Simpósio. "Que nós possamos amadurecer e encontrar novos rumos para a questão da socioeducação aqui no Estado de SC", frisou.

Após a abertura oficial do evento, os magistrados João Batista da Costa Saraiva e Vera Lúcia Deboni, ambos da Justiça gaúcha, e Bernardete Santana, diretora de Justiça e Cidadania do Governo estadual, trataram do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e da execução de medidas socioeducativas, assim como da interação do Sistema de Justiça com o Poder Executivo. No período da tarde, os trabalhos foram reiniciados com palestras, proferidas pelo desembargador Lédio Rosa de Andrade e pelo juiz João Batista da Costa Saraiva (RS), ocasião em abordaram o tema "Socioeducação e Responsabilidade".

Tópicos do Evento

- O Seminário teve origem a partir de um pedido do Poder Executivo, diante da mudança de governo e a necessidade de diálogo para definição dos novos rumos do sistema socioeducativo, em especial as medidas socioeducativas em meio fechado (internação), sendo organizado pelo Núcleo da Infância e Juventude da Coordenadoria da Execução Penal e da Infância e Juventude (CEPIJ), com a participação da Academia Judicial e Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC).

- O evento teve como público alvo os magistrados e assistentes sociais forenses de todo o Estado (111 comarcas), gestores de centros de internação e equipe técnica da Secretaria de Cidadania e Justiça (assistentes sociais, psicólogas e pedagogas).

- Para a realização da capacitação, foram proferidas palestras pelo juiz João Batista Costa Saraiva (Vara da Infância e Juventude da Comarca de Santo Ângelo/RS), juíza Vera Deboni (Vara da infância e juventude de Porto Alegre/RS), desembargador Lédio Rosa (Tribunal de Justiça de Santa Catarina) e Bernadete Santana (Diretora do DEJUC - Secretaria de Cidadania e Justiça).

- Esta foi a primeira oportunidade em que os Poderes Judiciário e Executivo, na nova gestão, puderam dialogar sobre os problemas e as possibilidades de melhoria do sistema socioeducativo catarinense.

- Foram discutidos, entre vários assuntos, a superlotação dos centros de internação; a falta de vagas no sistema, com necessidade de criação de novos centros de internação; a necessidade da constante capacitação; a ausência de políticas públicas para implementação das medidas protetivas dos adolescentes; as medidas socioeducativas em meio aberto (por exemplo, a prestação de serviço à comunidade); os novos rumos do PLIAT e do antigo São Lucas, entre outros.

- Além da realização da capacitação dos operadores da rede de atendimento do sistema socioeducativo, foi oportunizada a troca de informações e experiências com os magistrados gaúchos, bem como uma integração entre os magistrados, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, gerentes de entidades de internação e demais agentes, iniciando-se novos encaminhamentos para um trabalho conjunto entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Secretaria de Cidadania e Justiça, para melhoria da medida de internação dos adolescentes que praticaram atos infracionais.

Entrevista - Alexandre Takaschima Juiz e Coordenador da Cepij (TJ/SC)

Foto: Bárbara Nunes

Magistrado diz que primeiro simpósio já rendeu resultados práticos

O juiz Alexandre Takaschima, um dos organizadores do I Simpósio sobre Socioeducação do Poder Judiciário de Santa Catarina, afirma que a situação em Santa Catarina é crítica, mas diz estar otimista em relação à nova administração do Executivo estadual, no que se refere a melhorias no sistema que atende casos envolvendo menores infratores. Nesta entrevista, o magistrado fala sobre a situação desta área no Estado, bem como sobre o trabalho que desenvolve a frente do CEPIJ (Coordenadoria da Execução Penal e da Infância e Juventude).

***O Judiciário* – Dr. Alexandre, qual a sua avaliação sobre o sistema socioeducativo aqui no Estado?**
***Alexandre Takashima* -** O Estado de Santa Catarina precisa de urgente adequação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança - CONANDA, para efetivação do sistema socioeducativo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Completaremos, em 13 de julho, 21 anos da adoção da Doutrina da Proteção Integral de Direitos da Criança, norteadora do ECA. Porém, ainda utilizamos estruturas físicas do revogado Código de Menores de 1979. Não possuímos nenhum estabelecimento nos padrões previstos pelo SINASE, sendo que o primeiro está em fase de construção em Joinville. Infelizmente, em muitos aspectos o sistema socioeducativo em meio fechado (internação provisória e definitiva) está muito pior do que o sistema carcerário, haja vista a ausência: de vagas; de constante capacitação profissional; de estrutura adequada para os agentes de segurança socioeducadores; de equipe técnica (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos); de políticas públicas etc. Para atender toda a demanda do Estado, temos apenas um estabelecimento para internação de adolescentes femininas autoras de ato infracional (na Capital). Temos, atualmente, somente duas unidades (Chapecó e Lages) para atendimento de internação definitiva. Vários municípios não possuem o sistema socioeducativo em meio aberto (prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida e semi-liberdade), ou funcionam de forma precária. Enfim, o sistema socioeducativo catarinense precisa de urgentes avanços, conforme foi constatado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do Projeto Medida Justa, realizado no ano passado.

***OJ* – Quais as regiões mais problemáticas?**
***AT* -** Todo o Estado, sem exceção, está passando por sérios problemas na área socioeducativa. Numericamente, as maiores demandas encontram-se na região metropolitana da Capital, Itajaí, Balneário Camboriú, Joinville, Blumenau, Chapecó, Lages, Tubarão e Criciúma. Diante da precariedade dos centros de internação, há várias interdições parciais dos estabelecimentos, para limitação do número de adolescentes.

***OJ* – Qual a sua expectativa em relação ao novo governo do Estado e suas ações nesta área? O senhor está otimista?**
***AT* -** Estou muito otimista com relação ao novo governo, já tendo participado de várias reuniões para busca de soluções do sistema socioeducativo. Houve a recente divisão da Secretaria da Segurança Pública e da Secretaria da Cidadania e Justiça, fato há muito esperado, sendo apresentado para o novo governo os diversos problemas existentes nesta área. Inclusive, no último dia 14 de abril, foi realizado o primeiro seminário do sistema socioeducativo, com a participação dos Poderes Judiciário e Executivo, para definição desses novos rumos. O Poder Executivo recentemente decretou estado de emergência na área socioeducativa, o que possibilitará maior agilidade na construção de novos estabelecimentos para cumprimento da medida socioeducativa em meio fechado (internação). Há previsão de investimento na capacitação dos agentes de segurança socioeducadores e revisão dos convênios das ONG's que administram os Centros de Internação Provisória. Sem esse trabalho em rede, a área socioeducativa não poderá avançar.

***OJ* – Sobre a situação do São Lucas, vocês já têm alguma informação sobre o que o governo pretende fazer e quando vai fazer?**
***AT* -** O Centro de Educação Regional - CER - São Lucas está interditado por decisão da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São José. Segundo informações da Secretaria de Cidadania e Justiça, repassado no seminário do sistema socioeducativo, existe convênio com a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça para construção de novo centro, agora nos padrões do SINASE, sendo que uma das condições é a demolição do antigo São Lucas.

***OJ* - Quando se fala em ato infracional, invariavelmente surge o debate sobre a redução da maioridade penal. Qual a sua posição sobre este assunto?**
***AT* -** Sou contrário. Primeiro, por uma questão jurídica: O Art. 228 da Constituição Federal de 1988 determina que: "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial". Trata-se de uma norma que prevê um direito fundamental, ao impor um limite ao Estado no seu poder de punir, motivo pelo qual entendo tratar-se de cláusula pétrea, não podendo ser alterado nem por emenda constitucional. Segundo, pois conforme explicado acima, não foi oportunizada uma efetiva aplicação do sistema socioeducativo no nosso País até hoje, mesmo decorrido quase 21 anos do ECA. Indago: Como afirmar que o sistema socioeducativo previsto no ECA falhou, se não foi efetivamente aplicado?

***OJ* – Quais os resultados práticos do I Simpósio sobre Socioeducação?**
***AT* -** Além da possibilidade de capacitação através de palestras com os juízes gaúchos João Batista Costa Saraiva e Vera Deboni, foi oportunizado amplo debate entre os juízes da infância e juventude, assistentes sociais forense, psicólogas, pedagogas, equipe técnica e gerentes de centros de internação, bem como representantes da Secretaria de Cidadania e Justiça. De imediato, houve novo encaminhamento com relação aos pedidos de vagas de internação, garantindo a referida Secretaria total prioridade para os casos definidos como atos infracionais graves pelos magistrados, como forma de legitimação da autoridade judicial na Comarca. No dia seguinte ao evento, houve reunião com os agentes de segurança socioeducadores e equipe técnica do PLIAT, com a criação de comissão - composta por agentes de cada um dos plantões, direção, equipe técnico daquele estabelecimento e da Secretaria da Cidadania e Justiça, CEPIJ, sendo convidados também o Ministério Público, a OAB/SC, o Advogado da Infância e Juventude, Conselho de Direitos - que se reunirá mensalmente para definição de ações estratégicas para melhoria do sistema socioeducativo daquela unidade, que foi apontada como um dos piores estabelecimentos de internação do Estado, até que haja uma solução com relação ao destino daquela estrutura física, reconhecidamente inadequado para os fins de internação definitiva.

***OJ* – Qual o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria da Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ e quais as suas metas para 2011?**
***AT* -** A CEPIJ teve sua estrutura modificada no início deste ano, com a criação de dois núcleos distintos e com estruturas próprias. O Núcleo da Execução Penal continuará a realizar os mutirões carcerários, conforme determinado pelo CNJ, nos estabelecimentos de médio (presídios) e pequeno (unidade prisional avançada - UPA) porte no ano de 2011. Já foram realizados neste ano os mutirões carcerários nos Presídios de Jaraguá do Sul, Mafra e Caçador, bem como nas Unidades Prisionais de São Francisco do Sul, Canoinhas e Porto União. Além disso, estão sendo desenvolvidos diversos projetos, como: a criação do cartório remoto eletrônico, cujo projeto piloto será na Comarca de Criciúma, com a instalação da 3ª Vara Criminal, com previsão de início em junho próximo; estudos sobre a videoconferência; a especialização da execução penal em Comarcas com mais de uma vara criminal; a realização do Fórum Estadual dos Magistrados da Execução Penal - FEMEPE; desenvolvimento de programa dos portadores de sofrimento mental; inclusão no mercado de trabalho dos egressos; rearticulação dos conselhos da comunidade; fortalecimento das redes de fiscalização e cumprimento das penas restritivas de direitos - centrais de penas alternativas - etc. Por outro lado, o Núcleo da Infância e Juventude tem como metas para 2011: a realização do Fórum Estadual dos Juízes da Infância e Juventude e dos Grupos de Adoção, a ser realizado no final de agosto e início de setembro, em Joinville; a inspeção de todas as instituições de acolhimento catarinense, sendo que já foram visitadas as regiões norte (Porto União, Canoinhas, Mafra, Papanduva, Monte Castelo, Rio Negrinho, Joinville, Garuva, Itapoá, Araquari, São Francisco do Sul, Barra Velha, Piçarras) e sul (Imbituba, Santa Rosa do Sul, Araranguá, Turvo, Criciúma, Urussanga, Braço do Norte, Tubarão e Capivari de Baixo); a separação das ações de atos infracionais da competência das varas criminais; a especialização das varas da infância e juventude; o desenvolvimento do projeto 'depoimento sem dano', para oitiva de crianças e adolescentes vítimas de crimes; a especialização de varas criminais para processamento e julgamento de crimes em que crianças e adolescentes são vítimas; projeto de 'Justiça Restaurativa'; o desenvolvimento do Portal da Infância e Juventude; a capacitação da rede de medidas protetivas e socioeducativas; aprimoramento do curso de preparação dos pretendentes à adoção; a criação de projeto piloto de Centro Integrado de Atendimento para os adolescentes autores de ato infracional etc. Além dos projetos próprios dos Núcleos da CEPIJ, há a necessidade de atendimento às determinações do CNJ, como: plano de gestão para funcionamento das varas criminais e de execução penal; criação de sistema para acompanhamento da duração da instrução do processo criminal de réu preso; tramitação direta do inquérito policial entre a polícia judiciária e o Ministério Público etc. Desta forma, a CEPIJ pretende desenvolver constantemente ações para melhoria nas áreas da execução penal e da infância e juventude.

Magistrada recebe título de Cidadã Honorária no município de Paulo Lopes

Homenagem foi concedida à juíza Cláudia Ribas Marinho, em razão do seu apoio para a criação da Casa da Cidadania na cidade

Foto: Agência de Notícias São Joaquim Online

Juíza (3ª da esq. p/ dir.) recebe o carinho dos vereadores

A juíza de Direito e diretora do Fórum da Comarca de Garopaba, Claudia Ribas Marinho, recebeu, no dia 25 de março, o título de Cidadã Honorária de Paulo Lopes, outorgado pela Câmara de Vereadores daquele município. Durante a cerimônia, foi exaltada a criação da Casa da Cidadania em Paulo Lopes, que facilitará aos seus habitantes o acesso à Justiça. Os parlamentares destacaram, ainda, a importância da magistrada no processo de criação da Casa, e sua preocupação com seus jurisdicionados. A homenagem prestada à juíza Claudia Ribas Marinho foi a um só tempo bonita, singela e emocionante, e contou, inclusive, com a participação de uma cantora repentista, natural de Paulo Lopes, que prestou sua homenagem à magistrada.

Para a juíza, a iniciativa teve a intenção precípua de homenagear a Justiça. "É que através da Casa da Cidadania, instalada recentemente na Comarca, o Poder Judiciário de Santa Catarina mostrou que a intenção é estar cada vez mais próximo da população. Assim como toda a sociedade, o Judiciário está passando por grandes mudanças, tecnológicas e sociais. Antes, distante do povo, hoje procura a criação de Juizados Especiais, Casas da Cidadania, informatização dos processos, com o fim de que seja mais fácil o acesso à Justiça. O juiz não pode mais ser aquela figura distante da sociedade em que vive, alheio aos problemas sociais, preocupado apenas com a frieza das leis e a insensibilidade dos autos. E, por isso, embora entenda que a grande homenagem seja à Justiça, me sinto orgulhosa por, neste momento, ser acolhida pela cidade de Paulo Lopes, que reconheceu este esforço", destaca.

Segundo a magistrada, manifestações do gênero representam "o reconhecimento que a população, representada pelos seus legisladores, tem pelo trabalho realizado pelo Poder Judiciário na Comarca, e nas localidades de uma forma geral".

Sobre o trabalho na região, a juíza Claudia Ribas Marinho comenta que uma das grandes preocupações, desde que assumiu a Direção do Foro da Comarca de Garopaba, em 2007, foi a de viabilizar o acesso à Justiça de forma ampla e tornar o Judiciário mais próximo da sociedade. Desde então, ela passou a desenvolver um trabalho voltado para esta premissa: afastar as causas que dificultam a obtenção da Justiça. "No entanto, em que pese os nossos esforços, estava evidente o distanciamento dos cidadãos paulolopenses do Poder Judiciário, sendo que eles, por uma questão logística, muitas vezes, acabavam numa zona de conformismo, abrindo mão de seus direitos. Foi neste contexto que surgiu a idéia de instalar uma Casa da Cidadania nesta cidade, servindo como um pólo agregador, onde a comunidade pudesse encontrar uma prestação jurisdicional próxima e eficaz", destaca.

A Casa da Cidadania instalada em Paulo Lopes, de acordo com Claudia, estimulará a solução pacífica dos conflitos, com a intervenção de pessoas qualificadas como conciliadoras de litígios. "A conciliação permite que as causas mais calorosas sejam ponderadas e analisadas sob outros enfoques, permitindo que as partes teçam considerações, façam propostas e construam a melhor decisão para o seu caso concreto. Tal procedimento, além de evitar um processo contencioso para dirimir pequenos conflitos, possibilita aos envolvidos uma decisão harmônica, na qual não haverá vencedor ou derrotado, mas sim partes conciliadas, situação que estimulará – inclusive – uma convivência cordial entre elas", finaliza.

Magistrada defende aproximação entre Justiça e comunidade

Placa em reconhecimento aos relevantes serviços prestados

COLUNA DE BACO

- Tipos e classes de vinho -

Edson Nelson Ubaldo*

Existem três tipos universais de vinho, diferenciados pela cor e pelo método de vinificação: tinto, branco e rosado (rosé), cada um dividido em diversas classes. O tinto só pode ser elaborado com uvas tintas, aquelas que conhecemos por uvas pretas. A cor advém dos pigmentos da casca, que permanece com o mosto durante a fermentação, pois a parte interna do grão é sempre clara. O branco pode ser obtido tanto de uvas brancas quanto tintas. Se for elaborado com variedades brancas ter-se-á o blanc de blancs, que é o melhor, pois aproveita os diversos elementos contidos na casca. Os brancos de uvas tintas são obtidos através da imediata eliminação das cascas no momento em que os cachos são esmagados, fermentando-se apenas o mosto, isto é, o líquido incolor, que neste caso não incorpora os preciosos componentes das cascas. Os rosés autênticos provêm de uvas tintas, cujas cascas são deixadas em contato com o mosto por um tempo curto, em geral 24 horas. Usam-se ainda outros métodos: vinificação em tinto, com alta porcentagem de uvas brancas, até conseguir-se a cor desejada; vinhos tintos descoloridos através de "colagens"; por fim, o que é trágico, misturam-se tintos e brancos até chegar ao rosado.

Cada tipo de vinho se subdivide em diversas classes, segundo o teor de açúcar (glicose), a graduação alcoólica, o método de vinificação e a composição. A classificação legal é: vinho de mesa, vinho leve, espumante (natural ou gaseificado), licoroso e composto. O vinho de mesa, assim denominado por ser mais consumido às refeições, pode ser dos três tipos, mas a graduação alcoólica deve situar-se entre 10º e 14º GL (Gay Lussac). Quanto ao teor de açúcar, calculado em gramas de glicose por litro, o vinho de mesa poderá ser extra seco (até 3 g/l), de pouco uso entre nós, seco (de 3 a 5 g/l), o mais produzido, meio seco ou demi-sec (mais de 5 até 20 g/l) e suave (mais de 20 g/l). Os vinhos secos apresentam-se nos três tipos. Os rosados vão do seco ao suave e os brancos enquadram-se em todas as classificações. Pela lei brasileira os tintos podem ser suaves, mas a verdade é que nenhum tinto de mesa que se preze poderá ir além do seco. Os tintos demi-secs, suaves ou doces, em geral são bebidas ordinárias, de baixa qualidade, tendo-se em mente que estamos falando de vinhos de mesa e não de outras categorias, como é o caso do maravilhoso Porto, que integra a classe dos licorosos, próprios para sobremesa.

O vinho leve, que pode ser dos três tipos, com teor de glicose do seco ao doce e graduação alcoólica entre 7º e 9,9º GL, é invenção moderna, na esteira dos light wines produzidos em outros países, que não emplacou entre nós, mas está legalmente regulamentado. Deve ser elaborado somente durante a safra, na própria zona de produção e com Vitis vinifera, sendo proibido obtê-lo a partir do vinho de mesa mediante diluição para baixar o teor alcoólico.

Divulgação

Os espumantes se dividem em naturais e artificiais. O natural por excelência é o champagne, nome indevidamente apropriado por produtores nacionais e aportuguesado para champanha – o que leva os franceses à loucura. O único e verdadeiro é aquele produzido na região da Champagne. Nas outras regiões da França onde também se produzem espumantes, a denominação é vin moussé ou crémant. O próprio Brasil começa a respeitar as regras internacionais, valendo-se da expressão espumante, igualmente utilizada por Argentina e Chile. Na Espanha o termo é cava, na Alemanha sekt. O tipo-padrão deste vinho é branco, mas também pode ser rosé (está na moda) e mais raramente tinto. A classificação pelo teor de açúcar é: extra brut (até 6 g/l), brut (mais de 6 até 15 g/l), meio doce e meio seco ou demi-sec (mais de 20 até 60 g/l) e doce (acima de 60 g/l).

A principal característica dos naturais é o gás carbônico resultante de uma segunda fermentação provocada no chamado vinho-base, que nada mais é que um vinho branco normal, ocorrida na garrafa (méthode champenoise) ou em grandes recipientes (método Charmat). O teor de açúcar é dado pela dosagem de uma mistura especial chamada liqueur d'expedition, adicionada antes do arrolhamento. A graduação alcoólica deve estar entre 10º e 13º GL. Outro espumante natural é o tipo Asti, criado na Itália e também elaborado no Brasil, oriundo exclusivamente da variedade Moscatel, resultante de uma única fermentação em garrafa ou grande recipiente, com graduação entre 7º e 10º GL, nas versões demi-sec e doce.

O espumante artificial provém de um vinho-base em cujas garrafas introduz-se anidrido carbônico. Não é digno de ser degustado por quem conhece um mínimo do assunto.

Licoroso ou fortificado é o vinho doce ou seco (este com o máximo de 20 g/l) a que se adiciona álcool etílico potável (aguardente vínica) para elevar a graduação a um nível entre 15º e 20º GL. Os secos são bebidos como aperitivo e os doces após a sobremesa. Os mais famosos vêm de Portugal (o incomparável Porto e o exótico Madeira) e da Espanha, que nos brinda com os magníficos Jerez, desde o delicado manzanilla (seco) até o doce e caloroso cream sherry. Essa classe de vinhos tem várias técnicas de elaboração, mas todos têm a fermentação interrompida antes do término, mediante adição de álcool vínico, que faz cessar a ação dos levedos. Depois disso são acondicionados em cascos de madeira – quase sempre de carvalho -, onde passam longos anos maturando. Por fim vem o corte, chamado de lotação pelos portugueses, de vinhos de diversas safras ou de uma única, até se conseguir o tipo desejado (ruby, tawny, LBV, colheita, vintage). Nos Jerez predomina a técnica da solera, ou seja, exposição das barricas ao sol, para fins de oxidação, a que se segue o corte para o tipo previsto, que vai do seco até o muito doce (manzanilla, amontillado, palo cortado, cremoso). São vinhos magníficos, únicos, incomparáveis, em geral bebidos puros, mas aptos a coquetéis (experimente colocar num copo alto, com alguns cubos de gelo, uma parte de Porto ruby e cinco partes de suco de laranja).

Os vinhos compostos (entre 15º e 18º GL) são obtidos "pela adição de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas, substâncias de origem animal ou mineral, álcool etílico potável, açúcares, caramelo e mistela simples", conforme diz a lei, exigindo-se um mínimo de 70% de vinho-base. Servem de aperitivos ou acompanham sobremesas, conforme sejam secos ou doces. A Itália responde pelos melhores vinhos compostos, como o Marsala e os Vermutes. No Brasil há vinhos compostos de larga aceitação popular, preparados com gema de ovo, quina, losna, jurubeba e catuaba (supostamente afrodisíaco).

O cooler provém da mistura de um mínimo de 50% de vinho de mesa com suco de uma ou mais frutas e água potável, podendo receber adição de açúcar e gaseificação. A graduação fica entre 3º e 7º GL, proveniente do teor alcoólico do próprio vinho, já que é vedada a adição de álcool de qualquer espécie.

O conhecimento básico dos três tipos de vinho e de suas diversas classes é imprescindível na hora de decidir o que se vai comprar, quando e com o que se há de beber ou servir. Como todas as indicações essenciais devem constar do rótulo, a escolha fica bem mais fácil. Santé, mes amis!

• Desembargador

Minha história...

Ele foi o terceiro descendente de japoneses a ingressar na magistratura brasileira. Nascido no dia 29 de agosto de 1933, na cidade de Bauru, no interior de São Paulo, o juiz aposentado Carlos Cazuma Nosse judicou por pouco tempo – 11 anos, nas comarcas de Porto União, Caçador, Itajaí, Florianópolis, Palmitos, Itaiópolis, Pomerode, São Miguel do Oeste e Ibirama – entre 1963 a 1974. Não por falta de vontade, mas por absoluta impossibilidade. Em 1974, os médicos diagnosticaram nele um câncer no estômago. Deram-lhe alguns meses de vida. Desenganado, decidiu aposentar a toga, para literalmente esperar a morte chegar. Foram meses de sofrimento e muitas lágrimas. Mas a doença, assim como veio, foi...Inexplicavelmente...

Toda depressão foi substituída, então, pelo que ele mais gostava de fazer: trabalhar...

• • • •

Carlos Cazuma Nosse é o caçula dos sete filhos do agricultor Matuzo Nosse, natural de Kurume, cidade que fica ao Sul do Japão. Matuzo veio para o Brasil com a esposa e quatro filhos em 1929, no auge da grande crise econômica mundial. Desembarcaram no Porto de Santos e seguiram então para o interior de São Paulo. Tentar ganhar a vida longe de casa não foi fácil. Com trabalho demais e dinheiro de menos, Matuzo mostrou que a capacidade de superação dos japoneses não é mera peça de retórica. De empregado nas lavouras de café, ele passou, em pouco tempo, a dono de fazenda. O plano era levantar algum dinheiro e voltar para a Terra Natal. Mas, veio a 2ª Guerra Mundial (entre 1939 a 1945) e o Japão foi devastado, inviabilizando o retorno.

O jeito foi fincar raízes em solo tupiniquim. Para integrar a família ao novo País, o primeiro passo seria o domínio da língua portuguesa. Para se ter uma idéia, até os 13 anos, Carlos Cazuma não sabia falar português. Levou um ano para aprender, depois de inúmeras aulas particulares com um professor contratado pelo seu pai. Após dominar o novo idioma, Carlos foi matriculado pelo próprio professor na quarta série de um grupo escolar. Começou tarde nos estudos, mas, graças a sua dedicação, conseguiu superar as dificuldades e pode seguir normalmente com seus estudos.

• • • •

As circunstâncias o levaram a decidir precocemente qual caminho seguir como profissional. Ao ver o próprio pai ser passado para trás (por um parente) nos negócios, justamente por não saber falar bem o português, Carlos Cazuma decidiu que cursaria Direito, para evitar que outras pessoas fossem da mesma forma ludibriadas. Embora o desejo do pai fosse uma carreira na Medicina, Carlos Cazuma estava convicto e disposto a seguir em frente (é que para os japoneses, a palavra de um pai tem grande valor e costuma ser acatada sem discussão).

Carlos Cazuma seguiu, então, para Curitiba (PR), com objetivo de fazer o curso de Direito. Contudo, precisou, primeiro, concluir o segundo grau em tempo mais curto do que o normal, através de um "supletivo", já que ele havia iniciado seus estudos tardiamente. Ele não só venceu esta etapa como alcançou um tento que parecia impossível para alguém que até a adolescência sequer sabia falar português: conseguiu ingressar na faculdade de Direito de Curitiba. Em 1958, aos 25 anos de idade, Cazuma concluiu o curso. O primeiro emprego depois de formado foi como advogado em uma das empresas da família Matarazzo, em São Paulo, de abril a setembro de 1959. Neste ano, Cazuma decide migrar para o Sul do país, vindo parar aqui em Santa Catarina. O destino era Blumenau, mas acabou optando por Joinville, onde advogou até 1963. Em março daquele mesmo ano, ele presta concurso da magistratura em Santa Catarina e é aprovado. "A meta sempre foi a magistratura. Não pensava em seguir carreira na advocacia. Mas advoguei desde quando estava fazendo o curso de Direito. Eu atuava como "solicitador acadêmico", que era uma espécie de estágio. Quando me formei na faculdade já tinha advogado bastante. Fiz concurso da magistratura por três vezes. No primeiro eu sabia que não ia passar. Mas no segundo, eu estudei para passar, estava preparado, mas por causa de uma acentuação errada eu não passei. Não sei o que houve, mas o fato é que ninguém passou nesse concurso. Eu fiquei louco da vida. E no terceiro concurso que fiz, finalmente, fui aprovado", conta.

Foto: Bárbara Nunes

Juiz Carlos Cazuma com a esposa Adelina, em evento da AMC

• • • •

A primeira comarca em que atuou, como Juiz de Direito Substituto, foi a de Porto União, seguida de Caçador, Itajaí, Florianópolis. Depois, como Juiz de Direito Titular, ele seguiu para Palmitos, passando posteriormente por Itaiópolis, Pomerode, São Miguel do Oeste, Ibirama, Caçador e Itajaí. "Quando cheguei em Itajaí fiquei doente. Os médicos diagnosticaram um câncer no estômago e, por isso, em 1974, eu tive que me aposentar. Tinha apenas 11 anos de magistratura", recorda. Milagrosamente, a doença foi desaparecendo.

Das comarcas por onde passou, Cazuma destaca que a que mais gostou foi Caçador. "Solucionei muitos casos que envolviam menores. A cidade tinha muitos menores abandonados", ressalta. Foi nesta cidade que Cazuma ajudou a fundar a Comissão Municipal de Amparo ao Menor, a COMAM. Trabalho idêntico também foi feito na cidade de Itajaí, em 1972, com a fundação da Comissão Municipal de Bem Estar do Menor de Itajaí, a COMBEMI.

Em São Miguel do Oeste, Cazuma enfrentou algumas dificuldades por agir com rigor, sobretudo em relação à classe política. "Lá, naquela época, era uma matança só". Ao longo de sua carreira, por algumas vezes sofreu ameaças motivadas pela atividade, sendo necessária, em alguns casos, a requisição de policiais para resguardar a sua segurança e de seus familiares. Entretanto, tais ocorrências não fizeram com que mudasse sua forma de agir ou decidir, pelo contrário, o motivaram cada vez mais a seguir no seu trabalho.

• • • •

Aposentado da magistratura e livre do câncer, Carlos Cazuma resolve atuar na área de ensino. Em Itajaí, ele participou ativamente do processo de criação da Fundação de Ensino do Pólo Geo-educacional do Vale do Itajaí (FEPEVI), a famosa Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Não só foi um dos idealizadores, como administrou o projeto e deu início às obras, no período de 1975 a 1977. Além disso, integrou o quadro de docentes da entidade, ministrando aulas de Direito Civil.

Carlos Cazuma foi também um grande parceiro das colônias japonesas instaladas aqui no Estado, prestando todo o auxílio possível, sobretudo na área jurídica. Tanta dedicação lhe rendeu inúmeras manifestações de gratidão.

De 1974 a 1981, Carlos Cazuma passa a trabalhar a advogar para Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para cobrança de seus créditos nas comarcas de Itajaí, Balneário Camboriú, Piçarras, Brusque, Joinville, São Francisco do Sul, Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. A partir do ano de 1981 até 1991, Cazuma também prestou serviços ao referido Banco, na condição de assessor jurídico da diretoria. "Trabalhei muito neste período. Era feriado, fim de semana, não tinha hora. Acordava todo mundo em casa com o barulho da máquina de escrever nas madrugadas", sublinha.

• • • •

Hoje, aos 78 anos de idade, o juiz Carlos Cazuma Nosse segue a vida ao lado da esposa, Adelina Vitória Casagrande Nosse, com quem se casou em 1980. Ele tem três filhos do primeiro casamento: Carlos de Oliveira Nosse (que faleceu em 2004); Eduardo de Oliveira Nosse (professor universitário); e Clóvis de Oliveira Nosse (Delegado da Polícia Civil). Apesar dos problemas de saúde que enfrenta, Carlos Cazuma conserva a mesma serenidade e o sorriso tranqüilo, virtudes que ele carrega em seu DNA nipônico e com as quais conseguiu superar obstáculos que pareciam intransponíveis...

Fotos: Arquivo familiar

Magistrado recebe homenagem na Assembléia Legislativa de SC

Junto com a esposa, em mais um encontro promovido pela AMC

Em atividade, ao lado do colega Maurício D'Ávila, hoje aposentado

Fabrício Severino

Importância da formação humanística na magistratura é tema da VI Jornada

Evento tem como objetivo estabelecer diálogo entre os magistrados, alunos, professores e demais operadores do Direito

Com o advento da Resolução nº 75, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tende a alinhar as escolas de magistratura de todo o país, no sentido de proporcionar aos magistrados e candidatos à magistratura uma formação diferenciada com relação ao domínio de saberes jurídicos, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) promove, no dia 21 de maio, a sua VI Jornada, focada no tema: "Formação Humanística e Magistratura". O evento será no Auditório da AMC/ESMESC e é aberto ao público.

A intenção é estabelecer um diálogo entre os magistrados catarinenses, os professores, alunos da ESMESC e demais operadores do Direito sobre o modelo adequado de preparação e aperfeiçoamento para atuar no Sistema de Justiça, que atenda as demandas da sociedade do século XXI. Haverá palestras expositivas, seguidas de debates, com oportunidade de apresentação de questionamentos feitos pelos participantes.

De acordo com a Resolução nº 75, incluir a questão humanística no currículo do magistrado é necessário para que haja uma sensibilização do profissional para questões sociais, políticas, culturais e éticas relativas ao contexto das sociedades deste século, atualizando o profissional e fazendo-o refletir sobre o comportamento humano.

A professora Dilsa Mondardo, que sugeriu este tema, sublinha a missão primordial da ESMESC, que tem a função de preparar, formar e educar para um melhor exercício da Magistratura. "A VI Jornada a ESMESC leva aos alunos a oportunidade de uma reflexão sobre os desafios a que os magistrados são submetidos cotidianamente e que transcendem a esfera do conhecimento técnico-jurídico, capacitando-os para lidar com a realidade social, repleta de diversidades e complexidades", salienta.

Foto: ESMESC

Mesa Diretora da V Jornada, realizada no ano passado

Segundo a professora Dilsa, para atuar no Sistema de Justiça, atendendo as demandas da sociedade atual, são necessários esforços e diretrizes empenhados em contribuir para uma formação humanística da magistratura, onde há a identificação dos grandes desafios teórico-práticos e culturais inscritos no protagonismo que esta sociedade vem endereçando à Justiça. "E enquanto instituição, a ESMESC pretende adequar-se e assim estimular nos magistrados e nos operadores do Direito uma singular sensibilidade crítica e humanista", completa.

O diretor geral da ESMESC, juiz Silvio José Franco, reafirma a importância do tema que será debatido e lembra que os trabalhos de aperfeiçoamento serão intensificados este ano. "No ano em que a Esmesc completa 25 anos de história, a Jornada surge com um papel ainda mais significativo, pois reitera a importância da Escola. O nosso objetivo é apresentar várias atividades durante o ano, orientando e capacitando os alunos com temas atuais de alta relevância para seu futuro profissional na magistratura. Conto com todos na VI Jornada e também nos demais encontros que serão promovidos em 2011", enfatiza o magistrado.

O projeto "Jornada ESMESC" foi idealizado pela professora Dilsa Mondardo no ano de 2007, quando se pensou em oferecer aos alunos a oportunidade de pensar o Direito de maneira diferente do cotidiano das aulas. O primeiro tema escolhido foi "Direitos Fundamentais: problemas contemporâneos" e o seu sucesso foi determinante para que se institucionalizasse a sua reedição no ano seguinte. Hoje, a Jornada é realizada duas vezes ao ano, como determinado pelo diretor geral da instituição, juiz Silvio José Franco, que se convenceu da importância do trabalho que vinha sendo executado. Em 2010, a coordenação científica do evento passou a ser realizada pelo professor doutor José Isaac Pilati.

Programação

9h - Abertura dos Trabalhos com a presença do Presidente da AMC, Presidente do TJSC, Direção da ESMESC e Direção da Academia Judicial.

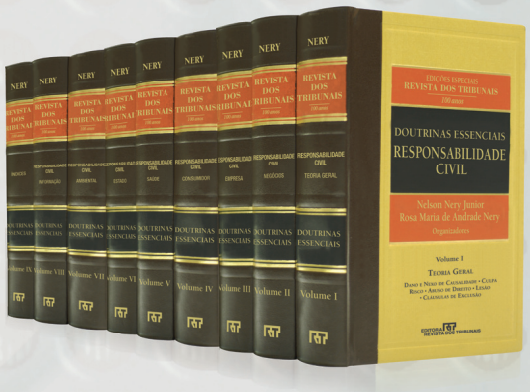
9h30min - 1ª Mesa - Formação Humanística e Magistratura
PALESTRANTE: Dra. Vera Regina Pereira de Andrade
10h20min - Intervalo
10h40min - Continuação
DEBATEDORA: Juíza Ana Cristina Borba Alves
MEDIADORA: Professora Dilsa Mondardo
11h10min - Debates com os participantes
12h - Intervalo para o almoço

14h - 2ª Mesa - Ética na Magistratura: do mundo jurídico ao mundo real
PALESTRANTE: Juiz Volnei Celso Tomazini
14h50min - Continuação
DEBATEDORA: Professora Maria do Rosário Stotz
MODERADOR: Professor Itamar Pedro Bevilaqua
15h40min - Debates com os participantes
16h - Intervalo

16h20min - Palestra de encerramento: A Magistratura e seus desafios na sociedade atual
PALESTRANTE: Desembargador Lédio Rosa de Andrade
17h20min - Apresentação de questionamentos da platéia
17h40min - Encerramento

LANÇAMENTOS RT

RESPONSABILIDADE CIVIL
DOUTRINAS ESSENCIAIS
NELSON NERY JUNIOR E ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
ORGANIZADORES

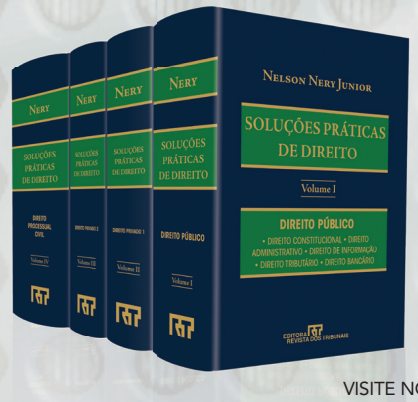


OBRA COMPLETA
9 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
Mais de 450 doutrinas selecionadas.

Preços imbatíveis Consulte-nos
Entrega gratuita para todo Estado.

SOLUÇÕES PRÁTICAS DE DIREITO
NELSON NERY JUNIOR

OBRA COMPLETA
4 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
MAIS DE 4.000 PÁGINAS



VISITE NOSSO HOT SITE
www.rt.com.br/solucoes

NOSSA CAASC Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS • Centro
Rua Prefeito Osmar Cunha, 91
Tel.: (48) 3222-4241/3333-5656

FLORIANÓPOLIS • Sede OAB • Agronômica
Avenida Beira Mar Norte, 4.860
• c/ estacionamento
Tel.: (48) 3239-3555 / 3239-3528

BLUMENAU • Centro
Rua XV de Novembro, 1.502
Tel.: (47) 3322 2905

CHAPECÓ • Sede OAB • Centro
Rua Marechal José Bormann, 613 E • Sala 01
Tel.: (49) 3324-6364 / 3323-8092

CRICIÚMA • Centro
Av. Getúlio Vargas, 465 • Sala 01
Tel.: (48) 3439-3226

JOINVILLE • Centro
Rua Alexandre Doehler, 348
Loja 02
Tel.: (47) 3422-1048/6987

Entidade do RS promove, na Capital, encontro sobre o processo de adoção

Evento, que contou com apoio da Escola da Magistratura de SC, visa capacitar profissionais que atuam no Sistema de Justiça

Com o apoio da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA) de Santo Ângelo (RS), em parceria com a ONG Acolher, de Porto Alegre (RS) apresentou, nos dias 4 e 5 de maio, no auditório AMC/ESMESC, o trabalho de capacitação profissional que vem sendo executado desde 2010. Este foi o primeiro debate do ciclo de 2011, sobre o aperfeiçoamento do modelo implantado no processo brasileiro de adoção, que tem como objetivo percorrer as capitais de todo Brasil.

O encontro reuniu magistrados, defensores públicos, conselheiros tutelares, professores e alunos, bem como demais operadores do Direito, com o objetivo de capacitar os profissionais que atuam no Sistema de Justiça, privilegiando a filosofia básica e os princípios éticos que norteiam a adoção, tais como: os direitos fundamentais da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária; as normativas internacionais; e os marcos regulatórios nacionais.

Abertura

Participando da mesa diretora, como um dos convidados do evento, o juiz corregedor e coordenador da Coordenadoria da Execução Penal da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (CEPIJ), Alexandre Karazawa Takaschima, ressaltou o trabalho do deputado catarinense João Matos, que conseguiu a aprovação da Lei Nacional de Adoção. Ele falou também da importância da capacitação profissional em Santa Catarina. "A questão aqui é debater a realidade catarinense com a ajuda dos profissionais da área vindos do Rio Grande do Sul, pois vejo que no nosso Estado tem muita gente com boa vontade, mas temos que parar com o amadorismo e nos profissionalizar. Não é só com amor que nós vamos conseguir resolver os nossos problemas, precisamos ter técnica, conhecimento científico, precisamos evoluir nessa parte", assinalou.

Dando ênfase ao profissionalismo, a presidente do Cededica, Mari de Fátima Borges da Silva, pontuou: "A capacitação visa o entendimento da prática dos procedimentos em matéria de adoção, como também assegura que sua aplicação seja coerente com os princípios éticos e legislativos dos convênios nacionais e internacionais e seus procedimentos."

A coordenadora geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, Priscila Linhares Albino, além de concordar com as palavras do juiz Takaschima, destacou um dos problemas percebidos pelo Ministério Público: "Hoje, nós temos mais de 26 mil pretendentes cadastrados e em torno de quatro mil crianças esperando para receber uma família. É um número questionável, sendo que o número de pais à espera chega a ser seis vezes maior, ou mais, que o número de órfãos. E estamos aqui para questionar sobre isso, descobrir o porquê dessas informações, que são tão difíceis de entender. Será que essa conta não fecha porque nós não sabemos como efetivar no nosso país o Estatuto da Criança e do Adolescente? Ou será que nós temos que olhar por um novo prisma o Direito da Criança e do Adolescente? E não digo só o Direito do mundo jurídico, mas o direito de estarem com a sua dignidade humana preservada no seio de uma família", sublinhou.

Atividades

Durante os dois dias de evento, o Cededica promoveu palestras com ministrantes conceituados nas áreas do Direito, da Assistência Social e da Psicologia, onde se debateu sobre os direitos fundamentais na infância e adolescência, a importância do trabalho desenvolvido pelas redes de atendimento, as questões acerca dos candidatos à adoção, a preparação dos futuros pais adotivos e avaliação e preparação da criança para adoção. Todas as palestras foram seguidas de discussões que oportunizaram o entrosamento dos presentes, tornando-se um evento informal e com rica troca de experiências.

Fotos: Bárbara Nunes

Profissionais que atuam na área da adoção reuniram-se por dois dias de evento, em Florianópolis

Projeto

O primeiro ciclo do projeto, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, percorreu, durante o ano de 2010, todo Rio Grande do Sul e algumas capitais brasileiras (Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e Cuiabá), envolvendo cerca de 4.500 profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, em uma experiência que resultou na publicação do manual de procedimentos "Adoção: O Encontro de Duas Histórias", que visa à homogeneização das práticas de adoção, apresenta os temas abordados nos seminários e faz um apanhado teórico das questões que permeiam o assunto no país.

Num contexto de lento avanço na garantia dos direitos da infância e juventude, o projeto pretende trazer novas contribuições no ano de 2011 e continuar proporcionando reflexões com passos importantes no aperfeiçoamento do processo de adoção no Brasil. Os seminários já estão agendados para este primeiro semestre e serão levados para as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Brasília. Mais informações podem ser obtidas no site do Cededica: www.cededica.org.br, onde é possível também adquirir o manual "Adoção: O Encontro de Duas Histórias".

Juiz Alexandre K. Takaschima foi um dos palestrantes do encontro

Participantes aproveitam para aprimorar seus conhecimentos

Tribunal de Justiça de SC empossa 14 novos juízes de Direito de 2º Grau

Dos 14 magistrados empossados, 10 terão lotação no TJ e os quatro últimos atuarão na Câmara Especial Regional de Chapecó

Fotos: TJ/SC

Cerimônia de posse foi realizada no auditório do Tribunal de Justiça de SC

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador José Trindade dos Santos, empossou, no dia 20 de abril, 14 novos juízes de Direito de 2º grau. Eles foram escolhidos na última sessão do órgão, realizada no dia 6, do mesmo mês. Os 10 primeiros terão lotação no Tribunal de Justiça; os quatro últimos, na Câmara Especial Regional de Chapecó.

"Respeito, transparência e dedicação, esses são os sentimentos necessários para o bom desempenho das atividades dos novos integrantes", ressaltou o presidente do TJ/SC, ao dar-lhes as boas-vindas. Trindade dos Santos disse, também, que a chegada dos novos membros ao Tribunal de Justiça reforçará ainda mais a autonomia da Corte como instrumento de justiça.

Foram empossados os seguintes magistrados: Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli; Odson Cardoso Filho; José Everaldo Silva; Volnei Celso Tomazini; Leopoldo Augusto Brüggemann; Júlio César Knoll; Janice Goulart Garcia Ubialli; Cláudia Lambert de Faria; Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto; Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt; Jorge Luis Costa Beber; Guilherme Nunes Born; Eduardo Mattos Gallo Júnior; e Maria de Terezinha M. de Oliveira.

Des. Trindade (direita) comandou a solenidade

Reunião com os novos juízes

Julio Knoll aproveita e registra o momento de integração dos colegas no TJ/SC

A Coordenadoria de Magistrados promoveu, no dia 11 de abril, uma reunião com os novos juízes Direito de 2º grau, no salão nobre da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). O encontro, além de servir para intregração dos colegas, possibilitou a escolha de câmaras e gabinetes, bem como para a troca de informações e orientações de caráter administrativos.

Fotos: Julio Knoll

Almoço de Páscoa na sede balneária

Festa oferecida pela diretoria da Associação dos Magistrados Catarinenses aos associados fez a alegria de crianças e adultos

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) realizou, no dia 23 de abril, o tradicional Almoço de Páscoa. O encontro associativo foi organizado na sede balneária e contou com a animação de recreações infantis e do Papai Coelho, que fez a distribuição dos ovinhos de chocolate.

Fotos: Terezinha Bonfanti

Agenda do presidente

Confira alguns dos compromissos da agenda do presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Bruschi, no mês de abril.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
					1 Expediente da AMC.	2
3	4 Expediente da AMC.	5 Expediente da AMC.	6 **9h -** Tribunal Pleno. Local: TJ/SC. **17h -** Solenidade de Posse dos Desembargadores João Batista Góes Ulysséa, Ronei Danielli e Luiz Fernando Boller. Local: Sala de Sessões do Tribunal Pleno.	7 Expediente da AMC.	8 Expediente da AMC.	9
10	11 Expediente da AMC.	12 Expediente da AMC.	13 Expediente da AMC.	14 **6h30 -** Viagem para Brasília. **14h -** Reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMC. Local: Sala Buriti - Hotel Mercure Eixo - Brasília (DF) **20h -** Participa do evento em homenagem ao Dia da Mulher. Local: Espaço de Eventos Porto Vitória - Brasília (DF)	15 **14h -** Reunião do Conselho de Representantes.Local: Sala Jequitibá - Hotel Mercure Eixo - Brasília (DF). **21h58** - Viagem de retorno.	16
17	18 Expediente da AMC.	19 Expediente da AMC.	20 9h - Tribunal Pleno e Solenidade de Posse dos Novos Juízes de Direito de 2º Grau. Local: TJ/SC.	21 Feriado - Dia de Tiradentes	22 Feriado - Sexta-feira da Paixão (Sexta-feira Santa)	23 Almoço de Páscoa Local: Sede balneária - Cachoeira do Bom Jesus
24	25 Expediente da AMC. 19h - Solenidade em homenagem à ACATE pela passagem de seus 25 anos de criação e fundação. Local: ALESC.	26 **11h -** Solenidade de Instalação da 2ª Vara da Comarca de Barra Velha.Local: Rua Vice-prefeito José do Patrocínio de Oliveira, 1003 - Centro. Fórum de Barra Velha/ SC. **16h -** Solenidade de Instalação da Vara Criminal da Comarca de navegantes.Local: Av. Prefeito José Juvenal Mafra, 498 - Centro. Fórum de Navegantes/ SC.	27 9h - Reunião do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais. 15h - Reunião com presidente a Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP).	28 Expediente da AMC. 15h - Reunião com presidente do Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV), Adriano Zanotto. Local: Gabinete da Presidência do IPREV.	29 **17h -** Solenidade de Instalção do Juizado Especial Cível e Criminal de Santo Antônio de Lisboa do Foro do Norte da Ilha, da Comarca da Capital. Local: CESUSC. **20h30 -** Solenidade de Posse da Diretoria Ex. do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética da ADEPOL/SC. Local: Lira Tênis Club.	30

ACMP

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi, recebeu, na tarde do dia 27, a visita do presidente a Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), o promotor de Justiça Andrey Cunha Amorim, que na ocasião estave acompanhado do Procurador de Justiça, Paulo Cezar Ramos de Oliveira.

Foto: Fabrício Severino

Durante o encontro, foram discutidos assuntos de interesse comum da Magistratura e do Ministério Público, além de outros específicos, como o encontro de motociclismo (organizado pelo MP); colônia de férias no mês de julho; torneio de tênis conjunto; treinos de futebol entre as equipes; e comunicação oficial da cessão do campo para o campeonato nacional master da AMB.

IPREV

Foto: Fabrício Severino

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz Paulo Ricardo Bruschi, esteve reunido, no dia 28 de abril, com o presidente do Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV), Adriano Zanotto. Na ocasião, Zanotto informou que a proposta de compensação dos créditos devidos pelo órgão tem o seu aval, assinando, em seguida, o referido convênio.

O convênio seguiu, na semana seguinte, para a Procuradoria Geral do Estado (PGE), que deve fazer uma reunião extraordinária para confirmá-lo. "A nossa expectativa é de que as compensações iniciem já neste mês de maio", destacou Bruschi.

ALMA FEMININA

Festa alusiva ao Dia das Mães bate recorde de público

Café colonial reúne cerca de 85 convidados para uma grande confraternização na Capital

No dia 30 de abril, a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), por meio dos Departamentos Social e de Pensionistas, realizou um Café Colonial em comemoração ao Dia das Mães. A homenagem foi oferecida no hotel Deville, no centro da Capital, e reuniu 85 pessoas, entre magistradas, viúvas, esposas e convidados.

O presidente da Associação, juiz Paulo Bruschi, agradeceu a presença de todas e ressaltou que este "é o nosso evento do Dia das Mães mais concorrido. Nós nunca tivemos tantas mães presentes e isso nos deixa muito feliz", finalizou, dando feliz Dia das Mães às presentes.

A coordenadora de eventos, juíza Andrea Cristina Studer, falou como mãe, lembrando à todas que não há realização profissional que supere a realização maternal. "Só me senti plenamente mulher depois de ser mãe. Ser mãe, é cuidar, é educar, é ver a carinha da criança feliz. Isso, para mim, é o mais importante de tudo, e sei que para todas vocês também. Que tenham um ótimo Dia das Mães no próximo domingo."

Também como mãe, a juíza Hildemar Meneguzzi, coordenadora do Núcleo da Mulher, ressaltou a importância da mãe para a família. Em nome do núcleo, Hildemar parabenizou todas às mães e desejou um Dia das Mães feliz e de muita paz.

A coordenadora do Núcleo de Pensionistas, senhora Elizabeth Gomes Mattos, fez uma reflexão sobre o Dia das Mães, pedindo que todas dessem importância ao dia, para além dos seus fatores comuns e econômicos. "Eu sempre costumo comparar a nossa casa a um grande hospital restaurador de almas, porque lá está o bálsamo mãe, o amor ágape, o amor limite, o amor que não pede nada em retribuição. Sei que é um dia de receber flores e presentes, mas, eu coloco aqui que há coisas mais importantes. O Dia das Mães é um dia de reflexão, quando deveremos refletir o compromisso que assumimos com os nossos filhos quando os trazemos para o mundo, e também de oração, pois todas as orações nesse dia são voltadas para as mães. Então, que no dia 8 de maio unimos nossas orações e peçamos que do céu venham bênçãos de sabedoria, serenidade e saúde para todas as mães. Agradecemos esse encontro de carinho, amizade e afeto. A todas vocês um beijo e muito obrigada por comparecerem", disse.

A pensionista Enelzita Formighieri Silva agradeceu a AMC pelo café colonial, ressaltanto ser este o encontro do Dia das Mães que reuniu o maior número de associadas. "Faz anos que venho aos encontros e este foi o mais concorrido. Está tudo muito delicado e o café está uma delícia. Temos que agradecer a Associação por este gesto de carinho", assinala.

Como presente, a AMC sorteou entre as mulheres um pernoite para casal no hotel Deville, em uma suíte luxo, com direito a rosas e espumante. A juíza Alessandra Mayra da Silva de Oliveira foi a sorteada e tem até o dia 30 de maio para retirar o prêmio.

Fotos: Bárbara Nunes

DIREITO E PSICOLOGIA: suas aplicações teraupêuticas

LUIZ GUILHERME MARQUES*
MARISA MACHADO ALVES DOS SANTOS**

O Direito é uma das ciências mais antigas, surgido nos primórdios da humanidade, quando começaram as disputas entre pessoas, desavindas em função do início da idéia de propriedade, daí passando a desdobramentos até chegar a ser o que é hoje, ou seja, um imenso tecido que abrange situações as mais variadas da vida das pessoas individual e coletivamente consideradas.

Somente há pouco mais de dois séculos surgiu a Psicologia, quando já alcançado um patamar razoável de evolução humana, a partir da idéia de que a mente é um ente relevante e que deveria ser analisado e conhecido fora das doutrinas estritamente religiosas.

A proposta do Direito é, em outras palavras, a organização da sociedade, inclusive através da coerção dos inadaptados, que passam à obediência através de punições de variadas naturezas, sendo a mais grave o encarceramento.

A Psicologia pretende curar os desajustes da mente através do conhecimento de suas causas e a renovação das propostas de vida dos pacientes, passando a pensar e viver sadiamente.

Há casos graves de desajustes em que o cidadão se mostra indócil a ponto de necessitar do tratamento da Justiça, infelizmente não havendo outra forma de induzi-lo ao respeito aos direitos alheios, tanto quanto há casos mais brandos, em que a própria interação terapêutica com os profissionais de Psicologia é suficiente para a cura.

Em casos, por exemplo, como o de alienação parental é preciso verificar-se as situações uma a uma, a fim de, ao mesmo tempo, impedir-se a continuidade do processo desajustador e fazer cessar a situação de injustiça tramada e executada contra o alienado. A atuação da Justiça e da Psicologia deve ser ponderada pelos operadores do Direito e da Psicologia com grande senso de justiça e grande conhecimento do novel instituto jurídico, que representa verdadeira epidemia de gravíssimas consequências.

> ***"O ideal seria a participação de psicólogos em todos os feitos judiciais em que se detectasse sua necessidade."***

O ideal seria a participação de psicólogos em todos os feitos judiciais em que se detectasse sua necessidade, para que não somente se julgassem as questões jurídicas, mas também se diluíssem novas lides, ocasionadas pelo desajuste evidente de pelo menos um dos litigantes.

A interdisciplinaridade é um dos tópicos mais importantes no estudo das ciências e deve sê-lo no exercício das atividades estatais. A excessiva especialização gera resultados incompletos, com prejuízo para os cidadãos.

A função estatal da Justiça carece de aperfeiçoamentos, por exemplo, passando a levar em conta as mais recentes descobertas da Psicologia, tanto quanto esta última ganhará com o conhecimento da terapêutica aplicada pela Justiça.

Nos cursos jurídicos e nos de Psicologia, bem como nas atividades de ambas as profissões, a troca de informações e a atuação conjunta nos casos possíveis representarão progresso e utilidade.

Através de artigos e diálogos com pessoas das duas áreas vamos divulgando a idéia da irmandade entre esses dois importantes ramos do conhecimento, tentando motivar os teóricos e os práticos de ambos para que conheçam os avanços mais recentes um do outro.

Devemos dar as mãos uns aos outros nesta luta em favor do bem-estar dos cidadãos, que necessitam da ajuda de juristas e psicólogos para viver em harmonia interna e externa.

***JUIZ DE DIREITO**
****PSICÓLOGA**

Curso de preparação para a Magistratura

Há 24 anos a ESMESC vem contribuindo decisivamente para a preparação de candidatos à magistratura catarinense, sendo reconhecida pela Constituição do Estado de Santa Catarina como curso oficial para o ingresso na carreira (art. 83, parágrafo único). O Projeto Pedagógico do Curso desenvolve-se em três módulos independentes, mas complementares no processo de aferição dos conhecimentos exigidos em provas de concursos:

Venha você também fazer parte da nossa história!

Informações
(48) 3231-3045
www.esmesc.org.br
secretaria@esmesc.org.br

Módulo I
São 360 horas de aulas presenciais, que consolidam e aprofundam os conhecimentos teóricos essenciais, distribuídos em "Tópicos Selecionados" de cada área que será objeto da prova preambular do Concurso para ingresso na Magistratura (e também de outros concursos públicos).

Módulo II
Um programa de ensino voltado ao caráter técnico e prático, com ênfase na Teoria e Prática de Sentença Civil e Sentença Penal, com base em teses de concursos anteriores. Será desenvolvido em 360 horas de aulas presenciais, contemplando também conteúdos de formação humanística, em atendimento às novas diretrizes de formação, exigidas pela Resolução nº 75/2009 do CNJ.

Módulo III
Denominado "Residência Judicial", consiste num programa de 1800 horas de atividades, com ênfase no treinamento prático em atividade jurídica, sob a orientação de Magistrados Orientadores. A carga horária será desenvolvida preponderantemente no Fórum de atuação do Juiz Orientador e outra parte será cumprida na sede da ESMESC, em forma de seminários e aulas especiais. O tempo de realização da "Residência Judicial" poderá dar-se em 12 meses (6/diárias) ou em 18 meses (4h/diárias).
Os três anos de "atividade jurídica" exigidos como pré-requisito para o concurso poderão ser cumpridos por meio da Escola, desde que o aluno se matricule em disciplina específica e cumpra a atividade nos termos previstos no Convênio 159/2009 celebrado com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Rua dos Bambus, 116 • Itacorubi • Florianópolis • SC • Telefone: (48) 3231-3045 • www.esmesc.org.br

AMC ESMESC